



RELATÓRIO E CONTAS

2018



4

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO.....	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	22
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	24
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	26
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	29
ANEXO	31
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	47
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	49



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO



EX.^{MOS} SENHORES SÓCIOS DA H-TECNIC CONSTRUÇÕES, LDA.:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018:

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018



1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

1.1 A nível internacional

De acordo com dados da ONU, estima-se que em 2017, o crescimento económico global tenha atingido os 3,0%, uma aceleração significativa em comparação com um crescimento de apenas 2,4% em 2016, revelando-se a taxa mais alta de crescimento global registado desde 2011. Os indicadores do mercado de trabalho continuam a melhorar num conjunto amplo de países, e aproximadamente dois terços dos países do mundo atingiram um crescimento mais forte em 2017 do que no ano anterior.

A recuperação decorre predominantemente do crescimento mais acentuado nas economias desenvolvidas, embora a Ásia permaneça a região mais dinâmica do mundo. Em 2017, esta região foi responsável por quase metade do crescimento global, com a China a contribuir cerca de um terço.

O fim das recessões na Argentina, no Brasil, na Nigéria e Rússia também contribuiu para o aumento da taxa de crescimento global entre 2016 e 2017. A recuperação foi apoiada por uma recuperação do comércio mundial e uma melhoria das condições de investimento.

Em 2018, embora o crescimento da economia mundial tenha permanecido próximo do máximo atingido no pós-crise, verificou-se que a expansão global está a enfraquecer. As projeções do *World Economic Outlook* (WEO) preveem um crescimento global de 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020, sendo que a estimativa para 2018 se fixou nos 3,7%.

Durante a maior parte de 2018, os mercados financeiros das economias avançadas aparentavam ter-se dissociado das tensões comerciais, mas, recentemente em 2019, as ligações entre ambos tornaram-se mais intensas.

Na área Euro destacam-se a Alemanha, onde as dificuldades de produção no setor automóvel e o enfraquecimento da procura externa pesarão sobre o crescimento em 2019 e a Itália, onde o risco soberano e financeiro – e as suas interconexões – são um fator a afetar o crescimento. Nos Estados Unidos, a expansão continua, mas a previsão é de desaceleração com a reversão do estímulo fiscal.

Nas economias avançadas em geral, o WEO prevê que o crescimento desacelere de 2,3% em 2018, para 2% em 2019 e 1,7% em 2020. A inflação subjacente está próxima do objetivo nos Estados Unidos, onde o crescimento é superior à tendência, mas consideravelmente abaixo do target na Zona Euro e no Japão.



Projeta-se também que a atividade económica nas economias emergentes e em desenvolvimento sofra um ligeiro recuo de 4,6% em 2018, para 4,5% em 2019, recuperando para 4,9% em 2020. A retoma projetada para 2020 deve-se à recuperação esperada na Argentina e Turquia. As perspetivas para as economias emergentes e em desenvolvimento refletem o enfraquecimento dos fluxos de capitais após o aumento das taxas de juros de referência nos Estados Unidos e as depreciações das taxas de câmbio, embora estas se tenham tornado menos extremas. Parte do aumento da inflação nas economias emergentes sofreu uma reversão nos últimos meses de 2018.

De forma geral, as forças cíclicas que impulsionaram o crescimento mundial desde o segundo semestre de 2017 estão a enfraquecer. O comércio e o investimento diminuíram, a produção industrial fora dos Estados Unidos desacelerou e os Índices dos Gestores de Compras (PMI) abrandaram, sinalizando um abrandamento da economia. Embora isso não signifique que se esteja à beira de uma recessão.

As maiores fontes de risco decorrem de uma escalada de tensões comerciais e de uma deterioração das condições financeiras. O aumento das incertezas no comércio internacional irá atenuar o investimento, abalando as cadeias de produção a nível mundial.

A desaceleração do crescimento da China poderá ser mais intensa do que o esperado, sobretudo se as tensões comerciais persistirem, o que poderá desencadear vendas abruptas nos mercados financeiros e de *commodities*, como ocorreu em 2015–16. Na Europa, prossegue o suspense em torno do *Brexit*; e em Itália persiste a ameaça do custo das repercussões entre os riscos soberanos e financeiros.

1.2 A nível nacional

Após três anos de execução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), Portugal conseguiu implementar em 2014 um conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia nacional, a consolidação durável das contas públicas e a estabilidade do sistema financeiro e, assim, regressar aos mercados financeiros externos, com a emissão de dívida soberana nacional.

Em abril de 2017, o Governo português apresentou o Programa de Estabilidade (PE) para o período 2017-2021, e o Programa Nacional de Reformas (PNR), que define a estratégia de médio prazo que permitirá a Portugal lançar um conjunto de reformas estruturais, destinadas a promover o investimento e contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas. Este programa assenta nos seguintes pilares: (i) qualificação; (ii) promoção da inovação na economia; (iii) valorização do território; (iv) modernização do estado; (v) capitalização das empresas; e (vi) coesão e igualdade social.



A decisão da Standard&Poor's, anunciada em setembro de 2017, de voltar a subir o rating da dívida portuguesa para o grau de investimento (BBB-), contribuirá para uma redução dos custos de financiamento da economia portuguesa e para a estabilidade do processo orçamental e financeiro português no futuro, aumentando a notoriedade do país como destino de negócios.

No horizonte 2018-21, de acordo com as projeções publicadas no Boletim Económico do Banco de Portugal (BP) de dezembro de 2018, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. O perfil projetado corresponde a uma fase de maturação do ciclo económico, em que o hiato do produto, após um valor aproximadamente nulo em 2017, será positivo nos anos seguintes, e o crescimento deverá convergir gradualmente para o potencial. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE), i.e. 2,1% em 2018, com um decréscimo da variação anual, atingindo os 1,6% em 2021.

A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, aumentou significativamente em 2017, projetando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016. Para o período 2018-2021, deverá manter-se em níveis relativamente contidos e inferiores aos projetados para a área do euro, oscilando entre 1,4% e 1,6%.

O período de recuperação que se seguiu a 2013 caracterizou-se pela continuação do aumento do peso das exportações no PIB. O peso deste agregado no PIB deverá ser próximo de 50% em 2021 e apresentar um crescimento médio anual num intervalo entre 3,5% e 4%. Quanto às importações, após um abrandamento em 2018 para 4,1% estas deverão apresentar uma trajetória de aceleração progressiva para uma variação próxima de 5% em 2020, regressando em 2021 ao ritmo de crescimento projetado para o ano corrente.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) empresarial acelerou significativamente desde 2012, devendo atingir no final do horizonte de projeção um nível 8% superior ao observado em 2008. Em contraste, o investimento público e o investimento em habitação permanecem abaixo da média observada antes da crise financeira internacional. Após um crescimento muito significativo em 2017 (9,2%), a FBCF deverá abrandar para 3,9% em 2018. No restante horizonte de projeção, a FBCF deverá desacelerar de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021.

O peso do consumo privado no PIB mantém-se relativamente inalterado desde há vários anos consecutivos. No conjunto do ano de 2018, o consumo privado terá crescido 2,3%, projetando-se uma desaceleração ao longo do horizonte até 1,6% em 2021.

Os contributos líquidos de conteúdos importados (ou seja, a procura interna e exportações) para a taxa de variação homóloga do PIB, deverão ser progressivamente inferiores no período projetado.



No período 2018-2021, a economia portuguesa deverá manter, à semelhança do observado desde 2012, uma situação de capacidade líquida de financiamento face ao exterior. O saldo conjunto das balanças corrente e de capital deverá situar-se em média em 1,3% do PIB no período em análise, semelhante ao nível de 2017, aumentando para 1,6% no final do horizonte de projeção.

Quanto ao mercado do trabalho, este deverá acompanhar a trajetória positiva da atividade económica. De salientar que a taxa de desemprego tem vindo a baixar nos últimos anos, atingindo 8,9% da população ativa em 2017. Para 2019 a taxa de desemprego em Portugal deverá fixar-se em 6,3%, o valor mais baixo desde 2002, quando registou 6,2%, e que compara com os 16,4% de 2013, segundo dados da base de estatística da Comissão Europeia. De acordo com as projeções do BP, a taxa de desemprego deverá registar 5,3% em 2021. Apesar da trajetória projetada, o emprego deverá permanecer o principal fator contributivo para o crescimento do PIB per capita em média no horizonte de projeção.

1.3 Sector da Construção Civil e Obras Públicas

A atividade do setor da Construção manteve-se positiva ao longo de 2018, sendo que a sua produção anual registou um acréscimo de 3,5%, em termos reais, face ao ano anterior.

O dinamismo do segmento dos trabalhos de engenharia civil revelou-se o mais moderado de entre as diferentes atividades do Setor, crescendo o seu volume de produção em redor dos 2,0%.

Por seu turno, o segmento da construção de edifícios registou uma evolução mais expressiva, registando um aumento de 4,9% em termos reais, com um acréscimo de 7,0% na produção de edifícios residenciais e um crescimento de 2,8% na construção de edifícios não residenciais. Na evolução deste último segmento, a perspetiva no final de 2018 era de um crescimento de 4,0% da produção da componente pública, enquanto a construção privada de edifícios não residenciais deveria registar um acréscimo de apenas 2,0%, em volume.

Salienta-se ainda que o consumo de cimento tem vindo a revelar um perfil de evolução semelhante ao dos restantes indicadores já referidos, tendo registado uma evolução positiva até dezembro de 2018 (aumento acumulado de 4,3% em termos homólogos).

Com base em dados do INE, o crescimento do investimento em construção em 2018 sofreu um decréscimo para 3,1% face ao ano anterior, enquanto o Valor Acrescentado Bruto do Setor evoluiu, no mesmo período, a uma taxa de 2,2%.

O número médio de trabalhadores da Construção em 2018, atingiu os 307 mil, traduzindo-se numa quebra de 0,2% face ao ano anterior, interrompendo a sequência de 3 anos seguidos de recuperação do emprego no



Setor (de 2015 a 2017). Já a análise dos dados do IEFP relativos ao número de desempregados inscritos nos centros de emprego revela que se manteve, até dezembro, a tendência de redução homóloga do número de desempregados oriundos da Construção (-26,2% no final do ano) e com uma intensidade superior ao do número total de desempregados, que registava no mesmo mês uma redução homóloga de 15%. O peso do desemprego na Construção no desemprego total desceu de 9,8% para 8,5%, de dezembro de 2017 para o final de 2018.

As previsões para 2019 apontam para uma ligeira aceleração do ritmo de produção do Setor, antecipando-se um acréscimo real de 4,0%.

O segmento da construção de edifícios será o mais dinâmico em 2019, com um crescimento real previsto de 5,0%, essencialmente assente no dinamismo da vertente residencial, que deverá registar um acréscimo de 7,5%. Já a evolução da construção de edifícios não residenciais deverá revelar-se mais moderada, crescendo em redor dos 2,4% em 2019. O segmento da engenharia civil deverá crescer 3,0% (mais 1% do que em 2018).

As previsões da FEPICOP apontam para um acréscimo no número de trabalhadores do setor da Construção, em linha com o esperado aumento do investimento público e do significativo reforço da atividade do segmento da construção de edifícios.



INDICADORES DA CONJUNTURA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS					
Indicador	2017		2018	2019	
	valor anual	Var. anual (%)	Var. homóloga acumulada (%)		
				Dezembro	Janeiro
Indicadores Macroeconómicos e Financiamento					
	mil M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
PIB	194,6	2,6%	2,1	-	-
FBCF - Total	32,3	9,2%	4,4	-	-
FBCF - Construção	15,7	8,3%	3,1	-	-
VAB - Construção	6,8	6,3%	2,2	-	-
Crédito acumulado às empresas de Construção (1)	10,0	-7,0%	-15,0	-17,2	-
Novas Operações de crédito para aquisição de habitação (1)	8,3	42,6%	19,1	17,8	-
Emprego e Desemprego na Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº Trabalhadores Construção	307,5	6,1%	-0,2	-	-
Nº Desempregados Construção	35,4	-27,9%	-26,2	-25,8	-
Indicadores de Produção do setor da Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº de fogos novos licenciados	14,1	24,4%	42,0	42,5	-
Nº de fogos novos concluídos	8,9	25,4%	37,8	-	-
	m ³ m ²	(%)			
Área licenciada para habitação	3.285,0	22,0%	39,8	35,0	-
Área licenciada não residencial	2.594,4	7,1%	12,0	-25,3	-
	M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
Valor das Obras Públicas Promovidas	2.889,8	61,7%	-7,3	266,7	270,0
Valor dos Contratos de empreitadas de Obras Públicas (inclui ajustes diretos)	1.796,0	54,7%	2,5	-28,8	-6,5
	mil Ton	(%)			
Consumo de Cimento	2.696,1	13,2%	4,3	15,9	17,7
Valores de Produção do setor da Construção					
	M. (€)	(%)	2018 Var. anual (%)	2019 (P) Var. anual (%)	
Produção Global	11.632,3	5,9%	3,5%	4,0%	
Edifícios Residenciais	3.014,9	8,0%	7,0%	7,5%	
Edifícios Não Residenciais	3.046,0	3,7%	2,8%	2,4%	
Engenharia Civil	5.571,5	6,0%	2,0%	3,0%	

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 28 de março de 2019

(1) em 2017, informação relativa a dezembro

(P) Previsão

Fonte: INE, IEFP, Banco de Portugal, Observatório das Obras Públicas, FEPICOP

2. Evolução da H TecNIC – Construções, Lda

2.1. Volume de Negócios

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2018			Período 2017		
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior
Volume de negócios	4 036 114,54	(1 764 726,53)	(30,42%)	5 800 841,07	(3 549 801,29)	(37,96%)
Margem bruta - Valor	874 900,46	296 336,98	51,22%	578 563,48	(85 565,73)	(12,88%)
Margem bruta - %	21,68%	11,70%	117,34%	9,97%	2,87%	40,43%
Resultado operacional	400 449,52	(41 449,04)	(9,38%)	441 898,56	(76 784,57)	(14,80%)

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa verifica-se um decréscimo na atividade em 2018 de cerca de 30,42% face ao exercício de 2017, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a um decréscimo de 1.764.726,53 euros. Não obstante, verifica-se uma melhoria significativa da eficiência operacional, que se traduziu numa melhoria da margem bruta obtida em 2018, face ao ano anterior (passando de 9,97 em 2017, para 21,68%).

2.2. Investimentos

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspetivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

2.3. Resultados

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2018			Período 2017		
	Quantias	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior
Volume de negócios	4 036 114,54	100,00%	(30,42)%	5 800 841,07	100,00%	(37,96)%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(3 557 789,04)	(88,15)%	(32,41)%	(5 263 659,98)	(90,74)%	(39,63)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	478 325,50	11,85%	(10,96)%	537 181,09	9,26%	(15,03)%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(77 875,98)	(1,93)%	(18,27)%	(95 282,53)	(1,64)%	(16,07)%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	400 449,52	9,92%	(9,38)%	441 898,56	7,62%	(14,80)%
Resultados financeiros	(32 267,11)	(0,80)%	5,03%	(30 722,81)	(0,53)%	(3,70)%
Resultado antes de imposto (RAI)	368 182,41	9,12%	(10,46)%	411 175,75	7,09%	(15,53)%
Imposto sobre rendimento do período	(97 527,60)	(2,42)%	(3,22)%	(100 770,63)	(1,74)%	(10,16)%
Resultado líquido do período	270 654,81	6,71%	(12,81)%	310 405,12	5,35%	(17,14)%

Observa-se que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI) registou um decréscimo face ao exercício anterior, de cerca de 58.855,59 euros, devido à quebra sentida no volume de negócio. No entanto, verifica-se que o seu peso percentual em relação ao volume de negócios sofreu um crescimento, passando de 9,26% (em 2017) para 11,85% (em 2018), justificado maioritariamente pela melhoria verificada na margem operacional da H-TECNIC. A melhoria da margem operacional em 2,30 pontos percentuais, face ao ano transato deve-se sobretudo à redução significativa dos gastos operacionais relacionados com subcontratos.

Observa-se igualmente que o resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) apresenta uma redução em termos absolutos de 41.449,04 euros face a 2017, não obstante, o seu peso em relação às vendas aumentou, fixando-se em 9,92% das vendas, enquanto em 2017 representava 7,62%.

O resultado antes de imposto (RAI) registou um decréscimo de 10,46% face ao período anterior, o que correspondeu a uma variação negativa de 42.993,34 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se uma redução de 12,81% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2017, a que corresponde, um decréscimo em valor de 39.750,31 euros, decorrente sobretudo da quebra verificada na atividade, não obstante a melhoria da eficiência operacional.


Situação patrimonial

(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2018	31.12.2017
Ativos não correntes	1	1 481 169,44	1 623 441,04
Passivos não correntes	2		
Capitais próprios	3	1 928 596,21	4 357 941,40
Fundo de manei	4 = 2+3-1	447 426,77	2 734 500,36
Caixa e equivalentes de caixa	5	683 600,59	3 100 938,07
Dívida financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7 = 5-6	683 600,59	3 100 938,07
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	8	2 669 457,40	3 269 413,28
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	2 905 631,22	3 635 850,99
Necessidades de fundo de manei	10 = 8-9	(236 173,82)	(366 437,71)



Como se pode analisar pelo balanço funcional, a Empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva, em 2018, de cerca de 683.600,59 euros, valor inferior em 2.417.337,48 euros face ao registado em 2017 (3.100.938,07 euros). Salienta-se que a tesouraria da Empresa foi suportada, quer pelos seus recursos cíclicos, que são superiores em 236.173,82 euros às necessidades cíclicas, quer pelo seu fundo de manei.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:

Indicadores de Rentabilidade		31.12.2018	31.12.2017
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	14,0%	7,1%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	6,7%	5,4%
Indicadores de Estrutura		31.12.2018	31.12.2017
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Ativo	39,9%	54,5%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I.Minorit.	66,4%	119,9%
Indicadores de Liquidez		31.12.2018	31.12.2017
Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	1,2	1,8
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	0,2	0,9



Os indicadores de rentabilidade são positivos, verificando-se um aumento face ao ano transato. Ao nível da rentabilidade dos capitais próprios registou-se 14,0% em 2018 *versus* 7,1% em 2017, em consequência fundamentalmente da redução de capitais próprios verificada (essencialmente devido à distribuição de dividendos). Já em termos de rentabilidade das vendas, verifica-se um ligeiro aumento na eficiência operacional (6,7% em 2018 *versus* 5,4% em 2017).

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2018, registaram um decréscimo, o que se deve sobretudo à redução do capital próprio.

Em termos dos indicadores de liquidez, o rácio de liquidez geral apresenta níveis inferiores aos atingidos no período anterior, devido à redução do ativo corrente (essencialmente por redução das disponibilidades) não acompanhado em igual proporção pela redução do passivo corrente. O facto deste rácio ser superior à unidade é um indicador positivo sobre a situação de tesouraria da Empresa. O rácio de liquidez imediata (que desconsidera o saldo de clientes) situa-se abaixo da unidade - com o valor de 0,2 – relevando alguma pressão na tesouraria face aos compromissos assumidos.

3. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela



Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;
- Atividades de financiamento.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pelo Grupo;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por empresas especializadas externas;



- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes após a data do Balanço.

5. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

5.1. CENÁRIO MACROECONÓMICO

De acordo com o Ministério das Finanças, o final de 2018 ficou marcado pelo facto de a economia portuguesa ter crescido durante 21 trimestres consecutivos; o PIB cresceu três décimas acima da Zona Euro, “convergindo” com o bloco da moeda única em dois anos consecutivos, o que acontece pela primeira vez nos últimos 20 anos.

De acordo com o INE, o Produto Interno Bruto (PIB) português aumentou 2,1% em 2018, menos 0,7 pontos percentuais do que o observado no ano anterior e abaixo da previsão do Governo de uma expansão de 2,3%, justificado com o contributo mais negativo da procura externa líquida, desaceleração das exportações de bens e serviços, e contributo positivo menos intenso da procura interna.

O crescimento do PIB foi acompanhado pelo aumento do emprego com a criação de 110 mil empregos em 2018 e menos 73 mil desempregados face a dezembro de 2017.

Não obstante, o crescimento expressivo do investimento empresarial privado, quer nacional, quer estrangeiro ao longo dos últimos anos, a estabilização do setor financeiro, o reequilíbrio das contas externas e os progressos alcançados na consolidação estrutural das contas públicas constituem pilares sólidos para o crescimento da economia portuguesa acima da média da Zona Euro, nos próximos anos.

Dados do Banco de Portugal, revelam que as projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da Zona Euro pelo Banco Central Europeu (BCE), i.e. 2,1% em 2018, com um decréscimo da variação anual, atingindo os 1,6% em 2021.



5.2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA EMPRESA

A atividade económica em Portugal continua a demonstrar sinais de recuperação, alavancada em indicadores positivos, nomeadamente, variações positivas das taxas de crescimento do PIB, em contrapartida com as desejáveis e consecutivas diminuições da taxa de desemprego.

As previsões para 2019 relativas ao setor da construção, apontam para uma ligeira aceleração do ritmo de produção, antecipando-se um acréscimo real de 4,0%.

O segmento da construção de edifícios será o mais dinâmico em 2019, com um crescimento real previsto de 5,0%, essencialmente assente no dinamismo da vertente residencial, que deverá registar um acréscimo de 7,5%.

A evolução da construção de edifícios não residenciais deverá revelar-se mais moderada, crescendo em redor dos 2,4% em 2019. Os edifícios não residenciais públicos, que deverão beneficiar do acréscimo previsto para o investimento público em 2019 (subida do peso do investimento público no PIB, de 2,0% em 2018 para 3,0%, em 2019), deverão registar o crescimento mais intenso dentro deste segmento, +3,0%, dado que a previsão aponta para que a componente privada evolua a um ritmo menor, em redor dos +2,0%.

De igual modo e resultante do aumento esperado para o investimento público, o segmento da engenharia civil deverá crescer 3,0% em termos reais em 2019, recuperando parcialmente do abrandamento sofrido em 2018, quando apenas cresceu 2,0% face ao ano anterior.

As previsões da FEPICOP apontam para um acréscimo no número de trabalhadores do setor da Construção, em linha com o esperado aumento do investimento público e do significativo reforço da atividade do segmento da construção de edifícios.

Também as opiniões expressas pelos empresários, através do Inquérito Mensal à Atividade (da responsabilidade do INE) sobre a evolução esperada para o emprego nas suas empresas traduziu-se num saldo anual positivo em 2018, +1,0%, facto que não se verificava desde o ano 2001, quando o resultado anual havia sido de +15%.

A H-TECNIC possui um vasto *know-how* acumulado, que lhe permite encarar e capitalizar com confiança os desafios e as oportunidades de 2019, baseando-se sobretudo nos segmentos de infraestruturas e reabilitação de edifícios públicos.



Deste modo, o *Management* e respetivos colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável da Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus acionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional

6. NÚMERO E VALOR NOMINAL DAS AÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS

Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício 2018.

7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS NOS TERMOS DO ARTIGO 397.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

No exercício de 2018, não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de 270.654,81 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: 270.654,81 €

9. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE

No exercício de 2018, a sociedade não detinha qualquer Sucursal.

10. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E ACORDOS DE PAGAMENTO

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas, para efeito do Decreto-Lei 543/80, de 7 de Novembro, e Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, respetivamente.



11. AGRADECIMENTOS

Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

Lisboa, 13 de Maio de 2019

A Administração:



José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

BALANÇO



H-TECNIC - Construções, Lda.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	500 688,76	642 960,36
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	4 480,68	4 480,68
Outros investimentos financeiros	5 / 9	976 000,00	976 000,00
Total do ativo não corrente		1 481 169,44	1 623 441,04
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	7	0,00	0,00
Clientes	5 / 14.1	2 133 878,54	1 743 695,81
Estado e outros entes públicos	15.1	0,00	102 152,33
Outros créditos a receber	5/14.3	533 029,54	1 406 134,81
Diferimentos	14.4	2 549,32	17 430,33
Caixa e depósitos bancários	4	683 600,59	3 100 938,07
Total do ativo corrente		3 353 057,99	6 370 351,35
Total do ativo		4 834 227,43	7 993 792,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	240 000,00	240 000,00
Reservas legais	13	51 957,00	51 957,00
Outras reservas	13	300 000,00	1 532 956,42
Resultados transitados	13	1 104 208,69	2 260 847,15
Ajustamentos / Outras variações de capitais próprios	13	-38 224,29	-38 224,29
		1 657 941,40	4 047 536,28
Resultado líquido do período		270 654,81	310 405,12
		1 928 596,21	4 357 941,40
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		1 928 596,21	4 357 941,40
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5 / 14.2	2 150 581,51	3 144 663,61
Estado e outros entes públicos	15.1	469 854,89	42 906,37
Outras dívidas a pagar	14.3	285 194,82	297 138,81
Diferimentos	10 / 14.4	0,00	151 142,20
Total do passivo corrente		2 905 631,22	3 635 850,99
Total do passivo		2 905 631,22	3 635 850,99
Total do capital próprio e do passivo		4 834 227,43	7 993 792,39

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Handwritten initials or signature in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	5 / 11	4 036 114,54	5 800 841,07
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	-	(2 465,12)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(217 991,33)	(556 167,17)
Fornecimentos e serviços externos	15.2	(1 858 366,78)	(3 331 395,78)
Gastos com o pessoal	15.3	(1 084 855,97)	(1 334 714,64)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14.1	4 000,00	-
Outros rendimentos	15.4	19 074,05	900,55
Outros gastos	5 / 15.4	(419 649,01)	(39 817,82)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		478 325,50	537 181,09
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	(77 875,98)	(95 282,53)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		400 449,52	441 898,56
Juros e rendimentos similares obtidos	11 / 15.5	-	9,90
Juros e gastos similares suportados	15.5	(32 267,11)	(30 732,71)
Resultado antes de impostos		368 182,41	411 175,75
Imposto sobre o rendimento do período	12	(97 527,60)	(100 770,63)
Resultado líquido do período		270 654,81	310 405,12

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados		4 036 114,54	5 800 841,07
Custo das vendas e dos serviços prestados		<u>(3 161 214,08)</u>	<u>(5 222 277,59)</u>
Resultado bruto		874 900,46	578 563,48
Outros rendimentos		19 074,05	(1 564,57)
Outros gastos		<u>(493 524,99)</u>	<u>(135 100,35)</u>
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		400 449,52	441 898,56
Gastos de financiamento (líquidos)		<u>(32 267,11)</u>	<u>(30 722,81)</u>
Resultados antes de impostos		368 182,41	411 175,75
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(97 527,60)</u>	<u>(100 770,63)</u>
Resultado líquido do período		270 654,81	310 405,12
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		270 654,81	310 405,12
Interesses minoritários		<u>270 654,81</u>	<u>310 405,12</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

H-TECNIC - Construções, Lda.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO 2018**

(Montantes expressos em euros)

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe											
Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no período	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	240 000,00	-	51 957,00	1 532 956,42	2 260 847,15	-	(38 224,29)	310 405,12	4 357 941,40	-	4 357 941,40
Alterações no período:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					310 405,12			(310 405,12)			
Aplicação do resultado do exercício anterior											
	240 000,00	-	51 957,00	1 532 956,42	2 571 252,27	-	(38 224,29)	-	4 357 941,40	-	4 357 941,40
Resultado líquido do período								270 654,81	270 654,81		270 654,81
Resultado Integral								270 654,81	4 628 596,21		4 628 596,21
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão				(1 232 956,42)	(1 467 043,58)				(2 700 000,00)		(2 700 000,00)
Distribuições (dividendos)											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	240 000,00	-	51 957,00	300 000,00	1 104 208,69	-	(38 224,29)	270 654,81	4 628 596,21	-	1 928 596,21
13											

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Handwritten signature in blue ink at the top right corner.

Large handwritten signature in blue ink on the right side of the page.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**H-TECNIC - Construções, Lda.**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Montantes expressos em euros)

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	3 649 931,81	5 326 191,03
Pagamentos a fornecedores	(3 070 440,21)	(4 593 759,47)
Pagamentos ao pessoal	(1 108 613,82)	(1 329 328,05)
Caixa gerada pelas operações	(529 122,22)	(596 896,49)
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento	431 573,25	(143 128,43)
Outros recebimentos / pagamentos	348 082,98	488 497,75
Fluxos das atividades operacionais [1]	250 534,01	(251 527,17)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(55 854,38)	(46 903,46)
Ativos Intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos	(55 854,38)	(46 903,46)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	120 250,00	
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		9,90
Juros e rendimentos similares	-	
Dividendos	120 250,00	9,90
Fluxos das atividades de investimento [2]	64 395,62	(46 893,56)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(32 267,11)	(30 732,71)
Dividendos	(2 700 000,00)	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(2 732 267,11)	(30 732,71)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(2 732 267,11)	(30 732,71)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(2 417 337,48)	(329 153,44)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 100 938,07	3 430 091,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	683 600,59	3 100 938,07

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

2/3



10

ANEXO



5/2

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

Sede: Avenida Av. David Mourão Ferreira, nº 14 A, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: Lumiar;
Código postal: 1750-204 Lisboa.

NIF: 506155218

Natureza da atividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: H-MBO II SGPS, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa;
Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015) e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consideradas respetivamente nos avisos 8254/2015, 8256/2015, e 8258/2015 de 29 de Julho de 2015 (adiante designadas por NCRF).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das

alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adotou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Ativos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fornecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber», «Outras dívidas a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

RELATÓRIO E CONTAS 2018

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00% - 10,00%	7,14% - 100,00%	0,25	20,00% - 33,33%	10,00% - 25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes, por duodécimos				

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

4. Fluxos de caixa

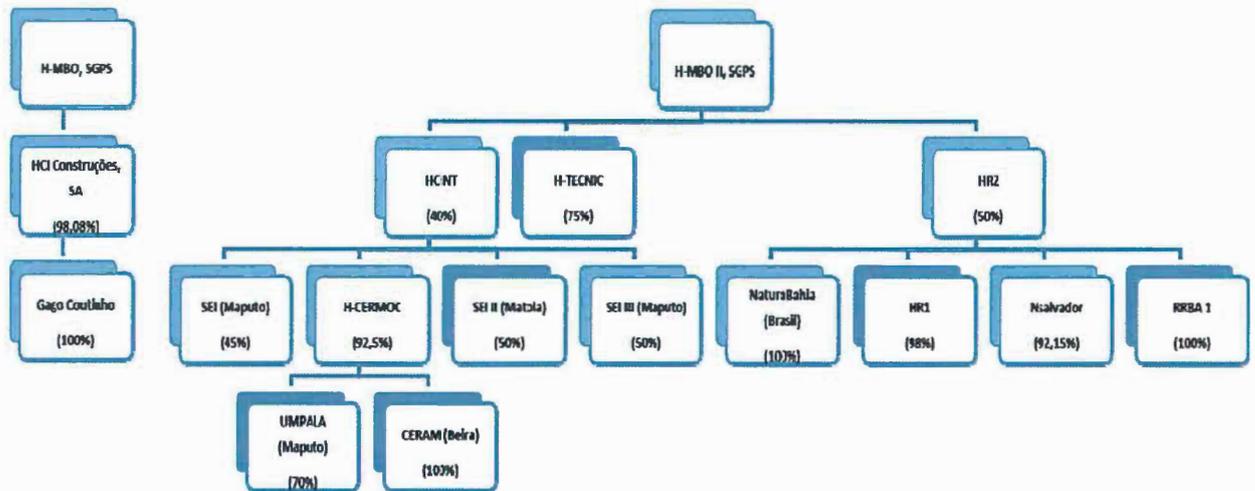
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	5 613,97	5 613,97	7 864,05		7 864,05
	Subtotais	5 613,97		5 613,97	7 864,05	7 864,05
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	677 986,62	677 986,62	3 093 074,02		3 093 074,02
	Subtotais	677 986,62		677 986,62	3 093 074,02	3 093 074,02
Totais	683 600,59		683 600,59	3 100 938,07		3 100 938,07

5. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da H-MBO II, SGPS, SA, fazendo parte do Grupo H-MBO o qual tem a seguinte configuração:



As transações e saldos com partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		31.12.2018		31.12.2017	
		Outros Gastos e Perdas	Prestação de Serviços	Outros Gastos e Perdas	Prestação de Serviços
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA	(662,50)	1 241 953,28		
	Subtotais	(662,50)	1 241 953,28		
Totais		(662,50)	1 241 953,28		

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas		31.12.2018				31.12.2017			
		Saldos pendentes em 31.12.2018				Saldos pendentes em 31.12.2017			
		Clientes	Outras contas a receber	Outros ativos financeiros	Fornecedores	Clientes	Outras contas a receber	Outros ativos financeiros	Fornecedores
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa	Imocomércio		136 475,00						
	Subtotais		136 475,00						
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA	1 465 722,00			(1 831 162,00)	832 074,55			(2 629 331,61)
	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda		976 000,00					976 000,00	
	Subtotais	1 465 722,00	976 000,00		(1 831 162,00)	832 074,55		976 000,00	(2 629 331,61)
Totais		1 465 722,00	1 112 475,00		(1 831 162,00)	832 074,55		976 000,00	(2 629 331,61)

Durante o ano de 2014, a HCI Construções, S.A. cedeu a sua participação financeira na H-TECNIC, Construções Lda, à H-MBO SGPS, S.A e, no mesmo ano, a H-TECNIC, Construções Lda. adquiriu 15,25% do capital social da HCINT – Empreendimentos Internacionais, Lda.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2017	Quantias brutas escrituradas		610 030,00	97 294,40	426 418,50	188 876,03	310 462,60	1 633 081,53
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(24 401,20)	(94 313,98)	(353 751,95)	(178 998,73)	(285 399,06)	(936 864,92)
	Quantias líquidas escrituradas		585 628,80	2 980,42	72 666,55	9 877,30	25 063,54	696 216,61
Adições				2 519,25	23 286,47	17 012,48	4 085,26	46 903,46
Alienações, sinistros e abates					(24 508,78)			(24 508,78)
Depreciações			(12 440,09)	(3 336,51)	(52 194,01)	(11 772,19)	(15 539,73)	(95 282,53)
Transferência Depreciações Acumuladas					19 631,60			19 631,60
Em 31.12.2017 (01.01.2018)	Quantias brutas escrituradas		610 030,00	99 813,65	425 196,19	205 888,51	314 547,86	1 655 476,21
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(36 601,80)	(97 889,98)	(386 314,36)	(190 770,92)	(300 938,79)	(1 012 515,85)
	Quantias líquidas escrituradas		573 188,71	2 163,16	38 881,83	15 117,59	13 609,07	642 960,36
Adições					22 925,31	10 950,31	21 978,76	55 854,38
Regularizações							(2 750,00)	(2 750,00)
Alienações, sinistros e abates			(125 000,00)					(125 000,00)
Depreciações			(12 200,60)	(786,35)	(32 969,99)	(11 461,58)	(20 457,46)	(77 875,98)
Transferência Depreciações Acumuladas			7 500,00					7 500,00
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas		485 030,00	99 813,65	448 121,50	216 898,82	333 776,62	1 583 580,59
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(41 302,40)	(98 676,33)	(419 284,35)	(202 232,50)	(321 396,25)	(1 082 891,83)
	Quantias líquidas escrituradas		443 727,60	1 137,32	28 837,15	14 666,32	12 380,37	500 688,76

7. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2018			2017		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período							
	Compras	Compras		217 991,33	217 991,33		556 167,17	556 167,17
		Devoluções de compras						
		Descontos e abatimentos em compras						
	Inventários no fim do período							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				217 991,33	217 991,33		556 167,17	556 167,17
Perdas em inventários								
Ofertas e amostras de inventários								
Totais				217 991,33	217 991,33		556 167,17	556 167,17

8. Investimentos associadas – Método de Equivalência Patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da H-TECNIC, encontra-se registado o seguinte investimento na empresa associada:

(valores expressos em euros)

Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas			País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
				Percentagem de Interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Período 2018	Associadas	HQINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	Portugal	15,25%	15,25%	Valor nominal	4 480,68
		Subtotais					4 480,68
		Totais					4 480,68

Em 2018, a participação foi contabilizada pelo seu valor nominal uma vez que a Administração expressou a sua intenção em proceder à venda da mesma no decurso de 2019.

Note-se no entanto que até então, o investimento em causa na empresa associada foi contabilizado usando o método de equivalência patrimonial, uma vez que existe explícita influência da H-TECNIC sobre a H-CINT, uma vez que os membros da Administração são comuns.

Neste método o investimento numa entidade é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data de

aquisição. A parte do investidor nos resultados da investida é reconhecida nos resultados do investidor. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento.

Durante o ano de 2014, a H-TECNIC adquiriu 15,25% do capital social da HCINT, Empreendimentos Internacionais, Lda.

(valores expressos em euros)

Investimentos e desinvestimentos em subsidiárias e associadas			Quantia escriturada dos investimentos no início do período	Aquisições	Parte no resultado	Variações nos capitais próprios	Alienações	Imparidade	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
Período 2018	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	4 480,68		0,00				4 480,68
		Subtotais	4 480,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 480,68
		Totais	4 480,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 480,68
Período 2017	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	6 945,80		(2 465,12)				4 480,68
		Subtotais	6 945,80	0,00	(2 465,12)	0,00	0,00	0,00	4 480,68
		Totais	6 945,80	0,00	(2 465,12)	0,00	0,00	0,00	4 480,68

9. Outros ativos financeiros

Contempla um empréstimo concedido à sociedade HCINT, Empreendimentos Internacionais, LDA no montante de 976.000 euros.

10. Contratos de construção

A empresa adota o método da percentagem de acabamento para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras em curso.

Segundo este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. O rédito e os custos dos contratos associados ao contrato de construção são reconhecidos na demonstração dos resultados, como rédito e gastos, respetivamente, nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado, qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre os réditos totais do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

O custo esperado de garantias a clientes previstas em contratos de construção, é anualmente apurado pelo volume de produção anual e o histórico de gastos suportados com as obras em período de garantia. No entanto, dado que a H TECNIC – Construções, Lda. não regista qualquer historial com gastos incorridos durante o período de garantia, não se encontra reconhecida qualquer provisão nos exercícios de 2017 e 2018.

RELATÓRIO E CONTAS 2018

Apresenta-se adiante a síntese da posição das obras em curso no final do exercício de 2018:

(valores expressos em euros)

Prod. Orçamento (1)	Custos Orçamento (2)	Prod. Real (3)	Custo Real (4)	% Prod. = 3/1 (5)	% Acab. = 4/2 (6)	Prod. Dif. (7)=6x1-3	Acresc. Prod. (8)=6x1-3	Custos de Anos Anteriores (9)	Acres. Prod. (12)=8-9
2 110 712,99	2 020 376,51	1 420 714,55	1 604 215,56	67%	79%		254 993,56	5 203	249 790

11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Diferimentos", consoante a natureza da diferença.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2018			Período 2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	4 036 114,54	100,00%	(30,42%)	5 800 841,07	100,00%	(37,96%)
Juros				9,90	0,00%	(94,33%)
Totais	4 036 114,54	100,00%	(30,42%)	5 800 850,97	100,00%	(37,96%)

12. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade, dos anos de 2014 a 2018, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

É entendimento da Administração da Empresa que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais a estas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2018			Período 2017		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(is)	Resultado líquido do período	270 654,81			310 405,12		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	97 527,60			100 770,63		
	Resultado antes de impostos	368 182,41	26,49%	97 527,60	411 175,75	24,51%	100 770,63
Ajustamentos para Lucro/(Prejuízo fiscal)		12 891,85			4 400,76		
Lucro/(Prejuízo fiscal)		381 074,26			415 576,51		
Dedução de perdas fiscais							
Matéria coletável / colecta		381 074,26	20,84%	79 425,59	415 576,51	24,25%	100 770,63
Outras componentes do imposto (derrama, tributação autónoma, etc.)		18 102,01		18 102,01			
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média		368 182,41	26,49%	97 527,60	411 175,75	24,51%	100 770,63

13. Capital Próprio

O capital realizado encontra-se inteiramente subscrito e realizado.

A constituição da reserva legal respeita o disposto no artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais.

As restantes rúbricas de capital próprio encontram-se detalhadas no Mapa de Alterações ao Capital Próprio, apresentado previamente nas Demonstrações Financeiras.

14. Instrumentos financeiros

14.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2017 e 2018:

RELATÓRIO E CONTAS 2018
(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	31.12.2018				31.12.2017			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	2 154 487,54		(20 609,00)	2 133 878,54	1 768 304,81		(24 609,00)	1 743 695,81
Totais	2 154 487,54		(20 609,00)	2 133 878,54	1 768 304,81		(24 609,00)	1 743 695,81

O detalhe das imparidades e respetivas reversões reconhecidas durante o período encontra-se espelhado no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Perdas por Imparidade	Acumuladas em 01-01-2017	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.2017	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.2018
Clientes	(24 609,00)				(24 609,00)	4 000,00			(20 609,00)
Totais	(24 609,00)				(24 609,00)	4 000,00			(20 609,00)

14.2 Fornecedores

O detalhe da rubrica de Fornecedores em 2017 e 2018 foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Fornecedores		31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores - Conta Corrente	Outros	2 150 581,51	211 790,35
	Partes Relacionadas		2 932 873,26
	Total	2 150 581,51	3 144 663,61

14.3 Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar
(valores expressos em euros)

Outros créditos a receber			31.12.2018	31.12.2017
Outros créditos a receber	Devedores por acréscimos de rendimentos	Diversos	249 790,00	109 282,86
		Subtotais	249 790,00	109 282,86
	Outros Devedores e Credores	Imocomércio	136 475,00	
		Diversos	146 764,54	1 296 851,95
		Subtotais	283 239,54	1 296 851,95
		Total	533 029,54	1 406 134,81

RELATÓRIO E CONTAS 2018

(valores expressos em euros)

Outras dívidas a pagar			31.12.2018	31.12.2017
Outras dívidas a pagar	Pessoal	Aos Órgãos Sociais	0,00	7 170,11
		Subtotais	0,00	7 170,11
	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	168 149,92	140 802,75
		Outros acréscimos de custos	117 044,90	149 165,95
		Subtotais	285 194,82	289 968,70
	Total		285 194,82	297 138,81

14.4 Diferimentos

Os saldos dos diferimentos (ativos e passivos) em 31.12.2017 e 31.12.2018 apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos			31.12.2018	31.12.2017
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	2 549,32	17 430,33
		Total	2 549,32	17 430,33
Diferimentos Passivos			31.12.2018	31.12.2017
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	0,00	151 142,20
		Total	0,00	151 142,20

15. Outras informações

15.1 Outras informações

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2017 e a 31.12.2018 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos			31.12.2018	31.12.2017
Saldo devedor	IVA - Imposto a recuperar			96 364,60
	IRC - Imposto estimado			5 787,73
	Total		0,00	102 152,33
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos		201 526,20	21 277,88
	IRC - Imposto a pagar		15 214,15	
	Imposto sobre o valor acrescentado		232 021,47	
	Contribuições para a Segurança Social		21 093,07	21 628,49
Total		469 854,89	42 906,37	

15.2 Fornecimentos e serviços externos

A conta "Fornecimentos e serviços externos" referente aos períodos de 2017 e 2018 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2018	Período 2017
Subcontratos	1 251 317,47	2 286 921,76
Trabalhos Especializados	65 260,37	163 603,69
Publicidade e Propaganda		881,08
Vigilância e Segurança	23 626,11	25 018,79
Honorários	57 553,87	7 792,04
Conservação e Reparação	16 428,36	30 884,91
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	34 960,06	93 373,55
Materiais	7 589,16	5 244,67
Electricidade	8 751,52	5 013,09
Combustíveis	56 607,06	90 482,79
Água	2 588,58	3 639,11
Outros fluídos	992,31	3 196,01
Deslocações e Estadas	47 509,19	73 535,71
Transporte de Mercadorias	8 535,72	17 947,63
Rendas e Alugures	148 588,66	379 625,10
Comunicações	7 992,71	8 813,99
Seguros	42 575,44	40 952,46
Contencioso e Notariado	100,98	529,00
Despesas de Representação		20,00
Limpeza, Higiene e Conforto	3 134,66	3 040,67
Outros Serviços	74 254,55	90 879,73
Totais	1 858 366,78	3 331 395,78

15.3 Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2018	Período 2017
Remunerações Órgãos Sociais	215 331,85	191 322,16
Remunerações do Pessoal	660 651,81	927 463,23
Encargos com Remunerações	164 446,68	192 347,88
Seguros de Acidentes de Trabalho	32 712,52	18 138,56
Gastos de Acção Social	1 340,64	2 084,41
Outros Gastos com Pessoal	10 372,47	3 358,40
Totais	1 084 855,97	1 334 714,64

No exercício de 2018 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 31 (o número médio de trabalhadores em 2017 foi de 36).

15.4 Outros rendimentos e outros gastos

As contas "Outros rendimentos e ganhos" e "Outros gastos e perdas" apresentaram a seguinte decomposição no período de 2017 e 2018:

(valores expressos em euros)

		Período 2018	Período 2017
Outros rendimentos	Descontos de Pronto Pagamento	99,05	250,15
	Outros	18 975,00	650,40
	Total	19 074,05	900,55
Outros gastos	Impostos e multas fiscais	12 965,51	11 717,76
	Insuficiência de estimativa	0,00	16 074,88
	Alienações	0,00	4 877,18
	Outros	406 683,50	7 148,00
Total	419 649,01	39 817,82	

15.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

As contas de juros referentes ao período de 2017 e 2018 apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

		31.12.2018	31.12.2017
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	0,00	9,90
	Total	0,00	9,90
Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas financeiras	32 267,11	30 732,71
	Total	32 267,11	30 732,71


16. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2018, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 1.511.095,47 euros.

17. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 13 de Maio de 2019.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração.



Técnico responsável

João Paulo Oliveira Batista

A Administração

José Maria Pereira Coelho

João António C. Farinha



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

5/3



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

4/2



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATÓRIO E CONTAS 2018

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **H-TECNIC – Construções, Lda** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4 834 227 euros e um total de capital próprio de 1 928 596 euros, incluindo um resultado líquido de 270 655 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **H-TECNIC – Construções, Lda** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeira

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

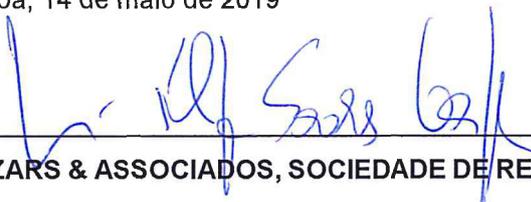
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de maio de 2019



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada por Luís Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003)